



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A  
DISTÂNCIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA  
RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA:  
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Tio Hugo, RS, Brasil  
2018**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA RELAÇÃO  
ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA:  
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**por**

**Vanessa Lorena Triches de Carvalho**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Orientador: Prof. Ms. Marcos Britto Corrêa**

**Tio Hugo, RS, Brasil  
2018**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a distância**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de  
Especialização**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA RELAÇÃO ENTRE  
FAMÍLIA E ESCOLA:  
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

elaborada por  
**Vanessa Lorena Triches de Carvalho**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof. Ms. Marcos Britto Corrêa (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Profa.Ms. Marlize Dlessler**  
(Membro)

---

**Profa. Dra. Belkis Souza Bandeira**  
(Membro)

Tio Hugo, 01 de dezembro de 2018.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu esposo Maicon, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, apoiando-me nos momentos de dificuldades e ao meu filho Vicente, que embora não tenha conhecimento disto, iluminou de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus, por abençoar e iluminar meu caminho durante a construção deste trabalho. A fé que tenho em ti alimentou meu foco, minha força e minha disciplina. Agradeço ao meu marido Maicon, que ao longo desses meses, me deu não só força, mas apoio para vencer essa etapa da vida acadêmica. Agradeço ao meu filho Vicente, quem me dá forças para alcançar os meus objetivos. Obrigada, meus amores, por suportarem as crises de estresse e minha ausência em diversos momentos.

Gostaria de agradecer à minha família, pela motivação e descontração durante essa caminhada. Especialmente, a minha sogra, pelas palavras de apoio e incentivo, e também, pelo cuidado com meu filho para que eu pudesse estudar. Meu eterno agradecimento a minha amiga Caroline e demais colegas de trabalho, que deram uma contribuição valiosa para a minha jornada acadêmica. Sou grata principalmente ao Mestre Marcos, que foi o meu orientador, e contribuiu muito com sua experiência e sabedoria para a realização dessa pesquisa.

## RESUMO

Monografia de Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional Universidade Federal de Santa Maria

### **A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA:**

#### **UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

AUTORA: VANESSA LORENA TRICHES DE CARVALHO

ORIENTADOR: PROF. MS. MARCOS BRITTO CORRÊA

Data e Local da Defesa: Tio Hugo, 01 de dezembro de 2018.

A presente pesquisa faz uma análise da participação da família na vida escolar dos estudantes, principalmente etapa da educação infantil, a qual é a base para as demais etapas. Tem como objetivo geral refletir sobre aspectos relativos à relação entre família e escola, ressaltando as implicações desta na formação do indivíduo na infância (educação infantil). Utilizou-se como objetivos específicos: argumentar sobre o conceito de infância e sua importância para as demais etapas da vida; compreender a historicidade daquilo que hoje compreendemos como Educação Infantil; analisar os sentidos e valores que a etapa representa para a formação dos sujeitos; e, refletir sobre como a Gestão Escolar pode contribuir para que a família participe mais da escola. A relevância desta pesquisa justifica-se em razão de se observar que ainda existe uma grande dificuldade de interação entre família e escola na educação infantil. Portanto, faz-se necessário que esforços sejam direcionados para evidenciar tal problemática. Por fim, reconhece-se a importância da interação entre a escola e família, pois sozinha a escola não consegue assumir as funções de ensinar, estas, que se referem à educação formal com o intuito de garantir o desenvolvimento intelectual através do processo de ensino-aprendizagem, e o educar referente à educação informal, esta, que ocorre no âmbito familiar, onde a criança aprende o respeito mútuo e a convivência com as regras exigidas pela sociedade. Desta forma, reconhece-se que a escola tem o papel de reforçar e acrescentar, mas nunca, de assumir o papel da família.

**Palavras-chave:** Família. Educação Infantil. Gestão Escolar. Participação.

## **ABSTRACT**

Monograph of Postgraduate Course in Educational Management Universidade  
Federal de Santa Maria

### **THE IMPORTANCE OF SCHOOL MANAGEMENT IN THE RELATIONSHIP BETWEEN FAMILY AND SCHOOL: AN ANALYSIS OF CHILD EDUCATION**

**AUTHOR: VANESSA LORENA TRICHES DE CARVALHO**

**ADVISOR: PROF. MS. MARCOS BRITTO CORRÊA**

**Date and Place of presentation: Tio Hugo, December 1st 2018.**

The present research analyzes the family participation in the school life of the students, especially the stage of early childhood education, forming a basis for the other stages. Its general objective is to reflect on aspects related to the relationship between family and school, highlighting the implications of this in the formation of the individual. As specific objectives, we tried to argue about the concept of childhood and its importance for the other stages of life; understand the historicity of what we now understand as Early Childhood Education; to analyze the meanings and values that the stage represents for the formation of the subjects; and, reflect on how School Management can contribute to the family's greater participation in school. The relevance of this research is justified by the fact that there is still a great difficulty of interaction between family and school. Therefore, it is necessary that efforts are directed to highlight this problem. Finally, the importance of the interaction between school and family is recognized, since the school alone can not assume the functions of teaching, which refer to formal education with the purpose of guaranteeing intellectual development through the teaching-learning process, and the education related to informal education, which occurs within the family, where the child learns mutual respect and coexistence with the rules demanded by society. In this way, the school has the role of reinforcing and adding, but never, to assuming the role of the family.

**Keywords:** Family. Child Education. School management. Participation.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b>	<b>12</b>
<b>3 FATOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E INFÂNCIA</b>	<b>14</b>
<b>3.1 Transformações ao longo do conceito de infância</b>	<b>15</b>
<b>3.2 A escola de Educação Infantil: educar ou cuidar?</b>	<b>18</b>
<b>4 FAMÍLIA E ESCOLA</b>	<b>22</b>
<b>4.1 Papel do gestor escolar na prática participativa na escola de Educação infantil - Gestão Democrática</b>	<b>23</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>28</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Um dos temas mais discutidos no âmbito escolar atualmente é o desafio enfrentado pelos gestores na busca para estabelecer parcerias com a família. Por entendermos que família e escola são instituições fundamentais na formação integral dos sujeitos, acredita-se ser necessário maior diálogo entre elas, de modo a se potencializar espaços de maior sociabilização e construção, sobretudo na Educação Infantil – etapa da Educação Básica estudada nesta pesquisa.

Levando em consideração as experiências vivenciadas durante dez anos de prática docente em escolas públicas, especialmente, nos últimos sete anos em que trabalhou-se diretamente com Educação Infantil, observou-se que há grande desinteresse por parte das famílias na vida escolar das crianças. Tal situação tem ajudado a reforçar a frágil compreensão que esta etapa da educação básica ainda seria assistencialistas e de pouca importância. Fenômeno originado, a partir da “cultura” que tem a Educação Infantil como responsável apenas, pelo cuidado das crianças, diminuindo sua real contribuição pedagógica para a formação inicial da vida escolar dos estudantes.

A escola de Educação Infantil necessita ser vista como espaço singular de formação integral dos sujeitos, onde os alunos podem ter acesso a diferentes experiências socioculturais, ampliando o desenvolvimento de sua capacidade de expressão, pensamento, interação e comunicação. Reforçando, portanto, este espaço como ambiente de recreação, cuidados e preparação para etapas futuras.

Contudo, nos últimos anos, algumas transformações aconteceram e também muitas conquistas nessa área, pois a criança passou a ser entendida como sujeito dotado de singularidades e em processo de formação, passou a ter direitos reconhecidos por lei, sendo a infância de suma importância para as demais etapas de desenvolvimento.

Neste sentido, Barbosa e Horn enfatizam que:

Passou-se de uma concepção segundo a qual as crianças eram vistas como seres em falta, incompletos, apenas a serem protegidos, para uma concepção das crianças como protagonistas do seu desenvolvimento, realizado por meio de uma interlocução ativa com seus pares, com os adultos que as rodeiam, com o ambiente no qual estão inseridas. (2008, p.28).

Assim, a criança conquistou seu espaço na sociedade, demonstrou que tem capacidades até então não conhecidas.

A presente pesquisa analisa a participação da família na vida escolar dos estudantes, principalmente da educação infantil, formando uma base para as demais etapas. O presente trabalho tem como objetivo geral, fazer uma análise dos aspectos relativos à relação entre família e escola, ressaltando as implicações desta, na formação do indivíduo. Como objetivos específicos, procurou-se argumentar sobre o conceito de infância e sua importância para as demais etapas da vida; compreender a historicidade daquilo que hoje compreendemos como Educação Infantil; analisar os sentidos e valores que a etapa representa para a formação dos sujeitos; e, refletir sobre como a Gestão Escolar pode contribuir para que a família participe mais da escola.

A relevância desta pesquisa justifica-se em razão de se observar que existe uma grande dificuldade de interação entre família e escola, sendo necessário que esforços sejam feitos para auxiliar na resolução desse problema. É na família que ocorre o desenvolvimento das primeiras habilidades e ensinamentos.

Ao perceber o interesse da família por seus estudos e por suas experiências escolares o aluno sente-se valorizado, desenvolvendo-se de forma segura e com maior autoestima. Acompanhar o crescimento educacional dos filhos aumenta sua confiança, suas habilidades sociais e diminui a chance de problemas comportamentais. Porém, normalmente percebe-se que a família apresenta dificuldade na imposição de limites para a convivência em sociedade e reclamam da excessiva cobrança da escola para que os mesmos se responsabilizem mais pela aprendizagem da criança.

Caldana aponta que

No passado, nossos avós e pais foram reprimidos pelos seus pais em função de uma educação autoritária, onde em um simples olhar as crianças já sabiam o que eles queriam lhes dizer. Já nos dias de hoje, os pais têm dificuldades em estabelecer limites e em colocar normas em seus lares, muitas vezes fazem isso com medo de provocarem possíveis danos aos filhos com atitudes restritivas, mas acabam levando a uma educação sem disciplina (1998, p. 89).

O ser humano aprende o tempo todo, e o papel da família é fundamental, pois é ela que decide, desde cedo, o que seus filhos precisam aprender, quais as instituições que devem frequentar, e o que é necessário saber para tomarem as melhores decisões no futuro. Assim sendo, se faz necessário refletir questões a respeito das implicações a partir da falta de interação entre escola e família, e nessas circunstâncias, buscar ações que visem fortalecer a

parceria entre ambas, promovendo o sucesso dos alunos e facilitando a modificação de atitudes negativas do núcleo familiar, no contexto de sala de aula e conseqüentemente da sociedade.

Para compreender o que acontece atualmente, é necessário conhecer um pouco das transformações ao longo da história, tendo como foco principal as crianças menores, faz-se uma síntese a respeito da Infância e sua caminhada na busca por espaço e valorização, pois a partir daí chegar-se-á a Educação Infantil. Após, tratar-se-á da relação entre escola e família, e por fim, como a Gestão Democrática pode auxiliar no problema social explanado.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa apoiou-se nas obras produzidas por Philippe Ariès (2006), Émile Durkheim (1978), e autores que tratam da Gestão Escolar, como Genuíno Bordignon e Regina Vinhaes Gracindo (2001) que fazem parte da bibliografia utilizada durante o nosso curso de especialização.

Na produção desta monografia, é importante afirmar junto a Demo que:

A pesquisa é fundamental para descobrir e criar. É o processo de pesquisa que, na descoberta, questionando o saber vigente, acerta relações novas no dado e estabelece conhecimento novo. É a pesquisa que, na criação, questionando a situação vigente, sugere, pede, força o surgimento de alternativas (2001, p.34).

Entende-se por metodologia científica o estudo dos métodos e instrumentos utilizados para a construção de um trabalho científico, compreendendo as técnicas e processos empregados durante a pesquisa e a formulação de uma produção. O método empregado nesta produção foi de abordagem qualitativa, que permitirá um aprofundamento sobre o tema na busca de auxílio para esse problema social. De acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (2007, p. 27)

Assim sendo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, através da qual, foi possível refletir em busca de estratégias que venham responder as demandas das escolas. Buscou-se auxílio na vasta literatura acadêmica que aborda o tema, estudos em psicologia, sociologia, pedagogia e políticas educacionais. Analisou-se autores e também aspectos legais da área de Gestão Educacional, apresentando assim uma pesquisa que evidencia e articula de forma qualificada os conceitos trabalhados ao longo do curso. Pois como dizem André e Lüdke:

É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações (1986, p.49).

Visitando diferentes obras, tornou-se possível a reflexão acerca de variados pontos de vista, agregando conhecimentos sobre o assunto, podendo auxiliar na resolução de questões e hipóteses levantadas sobre o tema.

### 3 FATOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E INFÂNCIA

A partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9394/96), a educação passou a ser um direito da criança assegurado legalmente. Sendo a educação infantil oferecida em creches para as crianças de 0 a 3 anos, e em pré-escolas para as crianças de 4 e 5 anos. Atualmente, com frequência obrigatória somente para os alunos de pré-escola e opcional para os demais, cabendo à família a decisão de inserção dos mais novos na escola.

Na Educação Infantil necessita-se ter sensibilidade para perceber dificuldades e particularidades dos alunos que merecem atenção especial. É preciso que a comunidade escolar confie na escola sabendo que muito antes de ensinar a ler e escrever, devem juntos, resolver as dificuldades que garantem sucesso nas etapas seguintes.

A relação de confiança entre família e escola oportuniza para a criança meios de explorar o mundo, a escola deve criar meios de trazer os pais para dentro da dela, porém está cada vez mais difícil que isso ocorra por questão de tempo e as vidas agitadas que muitos alegam ter, mesmo com consciência de seu papel não colocam em prática. López (2009) relata que as famílias precisam contribuir com a escola, devendo mostrar-se interessadas pelos deveres de seus filhos, conversando com professores para ter informação constante sobre o processo educativo concretizado na instituição escolar, dando a cooperação solicitada para tornar mais eficaz a ação escolar e, também, respeitar os conhecimentos e as habilidades que a instituição proporciona.

Reconhece-se que a família e escola devem ter uma parceria, para que ocorra o desenvolvimento integral das crianças e mantenha-se a mesma durante toda a vida escolar do discente. De acordo com López “são os pais os principais responsáveis pela educação dos seus filhos e tal responsabilidade não se pode passar para outrem” (2009, p.20). Para o autor, a família precisa ter ciência de suas responsabilidades não delegando para a escola funções que são deles, fazendo com que, a escola seja a estrutura ou base, e que se responsabilize por muito mais do que realmente cabe a ela.

Tão importante quanto o papel do professor na educação das crianças é o papel dos pais, afinal, são eles que estabelecem os primeiros ciclos de aprendizagem em casa. Por isso, é muito importante que exista essa consciência por parte dos responsáveis e que eles saibam qual é o dever da escola e o que compete a eles.

### 3.1 Transformações ao longo do conceito de infância

O conceito que conhecemos hoje de infância surgiu com o passar de vários séculos, para que se entenda melhor essa questão, se faz necessário uma síntese histórica e para isso analisam-se as ideias de dois autores: Ariès (2006) e Postman (1999).

Segundo Ariès (2006), a criança na Idade Média, por volta do século XII, se misturava ao mundo adulto, fazendo, vendo e ouvindo situações deste mundo sem que houvesse a preocupação se essas eram ou não adequadas para suas idades, não em referências ao que se pensava na época, mas a nossa compreensão atual sobre a infância. A infância, nessa época, não tinha importância, a criança era quase imperceptível. Sobre isso afirma o autor: “[...] a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida” (ARIÈS, 2006, p. 18).

Também nessa época a mortalidade infantil alcançava altos índices devido às más condições sanitárias e a indiferença da sociedade para com as crianças, as quais não deveriam ter apego, pois poderiam morrer a qualquer momento, ocorria uma espécie de substituição acarretando em altos índices de natalidade. A perda era tratada naturalmente não tendo necessidade de lamentações, como podemos constatar na afirmação de Ariès “... as pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual...” (1978, p.22).

Segundo Ariès (2006), as pinturas que retratavam a infância eram diferenciadas apenas pelo tamanho, eram adultos em miniatura, pois, até o fim do século XVIII, não havia nenhuma caracterização por uma expressão particular, definindo-se a idade. Nesse sentido, verifica-se que os sinais de que a infância começava a ser entendida como um período diferenciado da vida humana tornando-se mais significativa entre os séculos XVI e XVIII.

As reformas religiosas e protestantes que ocorreram nessa época auxiliaram na construção de um novo conceito de infância, quando realmente se adotaram, em relação à criança, formas diferenciadas de tratamento, ao menos para as crianças nobres e burguesas da época, que agora tinham roupas destinadas a idade que os diferenciava dos adultos. Philippe Ariès afirma que “essa especialização do traje das crianças, e, sobretudo dos meninos pequenos, numa sociedade em que as formas exteriores e o traje tinham uma importância muito grande, é uma prova da mudança ocorrida na atitude com relação às crianças” (1978, p. 157).

Com essa “nova” forma de distinção das crianças e dos adultos, evidencia-se uma mudança significativa quanto ao sentimento da infância, assim sendo, a criança passa a ser vista como gentil, carismática, afetuosa e cheia de graça, passando a ser fonte de distração para os adultos.

A afetividade também foi de grande importância, valorizando mais a educação, a aprendizagem passou a ser concebida na escola e não mais no convívio com os adultos nas tarefas diárias. Por volta do século XVII, forma-se outro sentimento de infância, no qual se desenvolveu entre os moralistas e educadores da época, inspirando a educação até o século XX.

A família começou a demonstrar mais preocupação com a saúde e higiene da criança o que auxiliou no declínio dos níveis de mortalidade infantil, as crianças foram separadas dos adultos e mandadas para a escola.

[...] o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. A criança não era nem divertida nem agradável: “Todo homem sente dentro de si essa insipidez da infância que repugna à razão sadia; essa aspereza da juventude, que só se sacia com objetos sensíveis e não é mais do que o esboço grosseiro do homem racional. (1978, p. 162)

Assim sendo, a existência da infância começa a ser reconhecida após o século XVII, conforme Postman (1999, p. 51), “um objeto de respeito, uma criatura especial, de outra natureza e com outras necessidades, que precisa estar separada e protegida do mundo adulto”. A partir daí a separação do mundo infantil e adulto tornou-se essencial, fazendo-se necessário que as crianças aprendessem a ler e escrever, para que assim se tornassem pessoas letradas, como exigia a nova ordem social.

O conceito de infância se desenvolveu rapidamente, assumindo um aspecto singular nos cenários econômico, religioso e intelectual da época. Contudo, Postman (1999) destaca que, no século XVIII, ao mesmo tempo em que se observava uma forma diferenciada de se entender a infância, percebia-se que, pelas exigências da industrialização nascente que gerou a necessidade de trabalhadores, as crianças pobres tornavam-se mão de obra barata nas fábricas e minas.

No século XIX, foi delineado o modelo moderno de infância com o desenvolvimento das ciências e modernização das cidades, passou-se a ter uma maior preocupação, sensibilidade e cuidado com a preservação da vida, especialmente da infantil.



Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde – lá ou substituí – lá sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES,1981, p.12).

Durante o século XX a criança se torna o centro das atenções, ou seja, o principal motivo pelo quais os pais enfrentam duras jornadas de trabalho e sacrifício. De um modo geral, todo pai e mãe objetiva dar o melhor para os filhos.

Atualmente a criança tem lugar de destaque na sociedade, é sujeito de direitos, necessitando que lhe seja garantido atendimento integral para atender suas necessidades físicas, cognitivas, sociais e emocionais. Todas as suas dimensões devem ser respeitadas, muitos estudos acadêmicos estudam a infância como um modelo social moderno. É o primeiro período da vida do homem.

Consideramos Infância o período que vai do nascimento até por volta dos doze anos de idade, nessa fase ocorrem grandes transformações físicas, afetivas e intelectuais. As habilidades e o conhecimento crescem a cada instante por meio principalmente das interações com o meio e as pessoas. A infância é considerada um período onde se percebe os maiores desenvolvimentos e as mudanças mais significativas influenciadas diretamente pelo meio e o sujeito segundo as teorias psicogenéticas.

A maneira como a infância é vista atualmente é mostrado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que vem afirmar que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. Conforme:

Os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns da ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p. 22).

Com base nisto, a infância não é somente uma fase da vida onde se constrói as relações sociais, mas de preparação do indivíduo. Este é o período das oportunidades que deve ser aproveitadas para ensinar tudo que é necessário, pertinente para a vida adulta e desenvolver todos os fatores biológicos, psicológicos e sociais, assim como as questões da cognição, da afetividade e sócio motor, que expandem as possibilidades e limites da criança.

Agora se procurava entender a criança como um ser sócio histórico, onde a aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e seu entorno social. Esse perspectivista sócio interacionista tem como principal teórico Vigotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta (OLIVEIRA, 2002).

Assim sendo, criou-se a concepção da criança como um ser particular, com características bem diferentes da dos adultos, e contemporaneamente como portador de direitos enquanto cidadão. A criança conquistou o seu espaço e isso causou grandes mudanças na Educação Infantil.

### **3.2 A escola de Educação Infantil: educar ou cuidar?**

A história da Educação Infantil por muito tempo limitou-se ao cuidado e a educação das crianças pequenas como tarefa das mães e demais mulheres pertencentes à família, desse modo as primeiras denominações das instituições infantis fazem uma referência a esse aspecto, como o termo francês “creche” que significa manjedoura, presépio. Mesmo tendo características próprias, ocorria de forma improvisada visando o assistencialismo.

Durante o século XIX surgem os primeiros “jardins-de-infância”, creches e internatos que visavam o atendimento de crianças pobres, não sendo uma ideia muito bem recebida pelas classes sociais da elite, que não queriam que o governo tivesse responsabilidades com as crianças dos setores menos favorecidos. Já durante o século XX, com a inserção da mulher no mercado de trabalho e a crescente industrialização e urbanização do nosso país, provoca-se um grande aumento na necessidade de instituições que atendam as crianças menores, de cunho totalmente assistencialista. O atendimento observado até nos dias atuais é destinado a suprir “carências” destinados na sua maior parte as crianças menos favorecidas.

A educação das crianças pequenas obteve reivindicação maior a partir dos anos 80, devido a pressão para ampliação do acesso à escola e a influência de movimentos feministas e sociais. Em 1988, a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado. A partir disso, inicia-se um fortalecimento da Infância tendo uma concepção prevista em lei, vendo a criança como sujeito de direitos. Criase o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova LDB, Lei nº9394/96, incorpora a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, e formaliza a municipalização dessa etapa de ensino.

Em 1998, é criado RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), documento norteador para a realização do trabalho realizado com crianças de 0 à 6 anos de idade. Considerado responsável no avanço das buscas de uma estrutura melhor para a Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar.

Satisfazer às necessidades educativas das crianças desde pequenas supõe também uma extensão da oferta de oportunidades de aumentar a probabilidade de ser um adulto economicamente produtivo e evitar desenvolver comportamentos antissociais e os índices de criminalidade, delinquências, rebeldia e seres economicamente dependentes. Deste modo, a educação infantil vem considerar a criança como sujeito ativo que aprende efetivamente desde os seus primeiros anos de vida. A educação infantil tem uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança, para que ela se torne futuramente um cidadão mais crítico, consciente, com grandes habilidades e potencialidades para a sua vida profissional, pessoal, social.

A Educação Infantil engloba diversos fatores que podem contribuir favorecendo uma educação de qualidade para os indivíduos desde os primeiros anos de vida, porém, o sistema evidencia vários problemas que dificultam para que esse processo educativo aconteça de forma eficaz. Assim sendo, o Referencial Curricular da Educação Infantil (RCNEI) esclarece que:

As novas funções para Educação Infantil devem [...] considerar as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma. (BRASIL, 1998, v. 1, p. 23).

Como explica o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), a prática da educação infantil deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998, v. 1, p. 63).

Assim sendo, é preciso que o docente de educação infantil esteja preparado para trabalhar de forma lúdica, tentando mediar o conhecimento de forma divertida e criativa para que o aluno desenvolva suas capacidades de interação com o meio onde está inserido. Necessita também ser carinhosa e sensível as necessidades particulares de cada criança.

Como diz a lei nº 12.796, de 04 de Abril de 2013:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Art. 29)

Deste modo, mostra-se que é obrigação das creches e pré-escolas desempenhar o papel de desenvolver as potencialidades e habilidades das crianças, proporcionando atividades que auxiliem no desenvolvimento dos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social da criança. A aquisição da aprendizagem a partir do desenvolvimento integral deve ser propiciada pela escola. No entanto deve-se buscar a preservação das particularidades da infância a partir do brincar, pois é através do mesmo que a criança faz a experimentação do mundo, relaciona-se com os outros, cria autonomia, resolve problemas, adquire habilidades motoras e amplia sua linguagem. Criando um suporte para suas vivências futuras.

A brincadeira deve ser a principal forma de se trabalhar com a criança na preparação para a fase adulta, o lúdico e o faz-de-conta auxiliam na aquisição do conhecimento e do desenvolvimento da linguagem possibilitando que se explorem as capacidades da criança e o instigue a ir além, pois desde o nascimento as crianças dispõem de esquemas que facilitam a adaptação com os desafios que o mundo exterior oferece.

A escola deve desenvolver atividades que valorizem a infância e os pais devem orientar os filhos possibilitando que os mesmos vivenciem e participem de atividades de acordo com o seu desenvolvimento e faixa etária. A Educação Infantil é uma modalidade de

ensino que enfatiza, prioriza e preserva a infância como está previsto na Resolução nº 5/2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil:

Art.7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

V – construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometida com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, lingüística e religiosa (BRASIL, 2009, p.02)

Compreendida como a primeira etapa da educação básica a educação infantil é extrema importância no desenvolvimento em todos os aspectos da vida de um indivíduo. Quando uma criança é bem explorada tanto na escola como no convívio familiar no período da sua infância; em suas habilidades e aprendizagens, ela torna-se um adulto mais crítico, com uma mente mais aberta para entender e conviver num mundo que está em constante mudança e modernização. Consequentemente tornará um indivíduo com uma grande bagagem, com muitas habilidades e potencialidades que serão perceptíveis em seu meio social, profissional, escolar. Desta forma, percebemos que aos poucos a educação infantil está sendo vista com outros olhos pela sociedade, está cada vez mais conquistando seu espaço e assim, as melhorias começam a surgir na educação do nosso país, mesmo que em passos lentos, muitas mudanças já foram implantadas.

## 4 FAMÍLIA E ESCOLA

A parceria e integração entre escola e família devem iniciar na infância e acompanhar todo o processo educativo, é importante o intercâmbio de ideias entre as duas instituições para que o desenvolvimento do indivíduo seja de forma positiva. Para que isso aconteça é necessário que as duas partes estejam em sintonia para exercer sua influência sobre criança. Para analisar a questão da relação entre família e escola, destacamos os estudos de Émile Durkheim (1858–1917). Ele percebeu que os processos educacionais são fatos sociais que contribuem para o funcionamento da sociedade. Dentro dos aspectos analíticos ele coloca a educação no sentido amplo do termo, para além da escolarização. Assim, de acordo com Durkheim:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança particularmente se destine. (1978, p. 41)

Assim é através da escola que a criança tem os primeiros contatos com o mundo que o cerca e seus desafios, descobrindo a cada dia novas potencialidades, a família desempenha o papel de estimular a criança em todos os aspectos, essa nova percepção de educação começa a suscitar uma nova herança cultural no aluno, onde ele entra em contato com outros sujeitos e começa uma nova forma de socialização.

A evidência mostra ser a família quem oferece o melhor quadro emocional e moral para uma criança ou jovem adquirir esse padrão original. Claro que não é a família sozinha que sustenta esse padrão original e muito menos os conhecimentos e competências, exigidos pelas sociedades modernas. Especificamente em relação ao padrão valorativo original, este resulta de diversos contributos e influências de muitos lados, em que a televisão e o exemplo dos adultos e dos jovens mais velhos são dos mais preponderantes. Mas acima de todos eles está (ou deve estar) certamente a escola, enquanto instituição especializada ao serviço da educação, que realizará tanto melhor a sua função educativa quanto mais perfeita for a cooperação entre ela e a família de cada criança ou jovem. (FONSECA, 2004, p.1)

A relação entre família e escola tem de ser baseada em respeito e confiança, para que assim possam administrar conflitos, e a partir destes enriquecer essa parceria de forma satisfatória para ambos os lados.

A escola deve estar preparada para receber os mais diversos tipos de famílias que vem se formando na sociedade atual, disposta a atender as necessidades de seus educandos de forma democrática priorizando o aluno, pois essa educação partilhada terá reflexos futuros em nossa sociedade.

O professor tem papel fundamental, é preciso que tenha a sensibilidade de interagir com família, cumprindo cada um a sua função, tendo em vista que têm que reconhecer seus papéis na educação das crianças, para que nenhuma instância esteja ausente de seus deveres como tem acontecido atualmente. Ao planejar suas aulas, os professores “devem incluir e considerar a participação dos pais nas atividades, uma vez que o aluno, ao sair da escola, é responsabilidade dos pais auxiliarem seus filhos nestes deveres para que a aprendizagem se concretize”, como defende Lopez (2009, p. 77). Nesse intuito a gestão escolar deve oferecer suporte ao planejamento do professor, dando suporte para que essa interação ocorra de forma efetiva, buscando formas de trazer a família para o âmbito escolar, articulando ações que estimulem a presença da mesma na escola.

Ao tratarmos do educar, escola e família mesmo sendo instituições distintas, incubam-se de complementar, pois ambas podem dar condições para que a criança seja passiva ou oferecer meios que a mesma construa habilidades criativas que possam auxiliar ao longo de sua vida. Levando em conta o argumentado até o momento, compreende que a aprendizagem escolar e e aquela que acontece no âmbito familiar, precisam estar orientadas por relações afetivas de convivência e respeito mútuo. É necessário que se crie um ambiente de trocas, desenvolvendo um trabalho colaborativo reconhecendo a função educativa de um e de outro.

#### **4.1 Papel do gestor escolar na prática participativa na escola de Educação infantil - Gestão Democrática**

A gestão escolar trata dos assuntos vivenciados no cotidiano, assuntos relacionados ao contexto escolar que envolvem especificamente problemáticas daquele âmbito. No que se refere a educação infantil, a gestão escolar também deve ser planejada e direcionada para esta etapa de vida, repleta de novas descobertas e aprendizados. Através da prática da gestão democrática, criam-se meios de desenvolver uma visão conjunta na busca de soluções e a melhor mediação democrática para a comunidade na qual a escola se insere.

A Gestão Democrática, que tem como base a coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social da comunidade escolar é considerada sujeito ativo em todo o

processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Paro assim se expressa sobre participação:

O que não se pode fazer é tomar os determinantes estruturais como desculpa para não se fazer nada, esperando que a sociedade se transforme para depois transformar a escola. Certamente a participação da comunidade na gestão escolar, ainda enfrenta sérios problemas, que dificultam seu pleno estabelecimento, mas é de fundamental importância como pré-requisito para sua concretização e reconhecimento de sua relevância e necessidade. (2002, p.19)

Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar que compõe a escola de educação infantil. Porém ainda existem vários obstáculos a serem enfrentados para que este processo ocorra com sucesso dentro das instituições, especificamente, na educação infantil. Sendo assim, a gestão escolar é um processo que ocorre a cada dia, e neste sentido, Luck aponta que:

[...]a gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento. (2000, p. 11)

A democratização ocorrerá quando as escolas estiverem preparadas para envolver toda a comunidade escolar nas tomadas de decisões, estando voltada para a garantia de aprendizado de mundo para o aluno, auxiliando o mesmo na aquisição de conhecimentos e de sua realidade.

Para Morgan (1996), a escola deve funcionar como um sistema vivo que existe num ambiente mais amplo do qual depende em termos de satisfação das suas várias necessidades e os seus profissionais devem funcionar como os órgãos que, em conjunto, trabalham para que a organização cumpra com os seus objetivos.

Ribeiro compreende a administração da escola como uma necessidade:

A administração escolar vai funcionar como um instrumento executivo, unificador e de integração do processo de escolarização, cuja extensão, variação e complexidade ameaçam a perda do sentido da unidade que deve caracterizá-lo e garantir-lhe o bom êxito (1986, p. 30).

Conforme Libâneo (2004) a gestão da escola, é uma tarefa administrativa, e pensar na gestão deste espaço remete-nos a muitos desafios, pois a organização e a gestão escolar são



dimensões que estão profundamente articuladas, já que a escola não é uma soma de partes, mas um todo interligado que busca articular as orientações dos poderes públicos e o pensar pedagógico à sua prática do dia-a-dia, mediada pelo conhecimento da realidade e pela participação de todos os atores envolvidos no processo educativo. É necessária uma reflexão com todos os atores envolvidos no cotidiano escolar, pois na atual escola, os papéis de direção administrativa e de direção pedagógica tendem na prática a se fundir num único personagem dirigente.

A gestão democrática na escola pública necessita do envolvimento de todos que a compõem, isso é confirmado por Veiga (1998, p. 124) que afirma, “é preciso desencadear um movimento no sentido de organizar o trabalho pedagógico com base na concepção de planejamento participativo e emancipador”.

A educação, no contexto escolar, se torna mais complexa e exige esforços redobrados e maior organização do trabalho educacional, assim como participação da comunidade na realização desse empreendimento, a fim de que possa ser efetiva, já que não basta ao estabelecimento de ensino apenas preparar o aluno para níveis mais elevados de escolaridade, uma vez que o que ele precisa é de aprender para compreender a vida, a si mesmo e a sociedade, como condições para ações competentes na prática da cidadania. E o ambiente escolar como um todo deve oferecer-lhe esta experiência.

A gestão democrática compreende a participação efetiva de vários segmentos, dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. A participação é de extrema importância na gestão democrática, porém a mesma pode ser exercida de diferentes formas respeitando os interesses e papéis desempenhados dentro da organização escolar, baseando-se nela busca-se compartilhar decisões bem como as ações a serem seguidas que envolvem a comunidade escolar constituindo assim um trabalho coletivo.

É necessário que se tenha uma participação ativa de todos, criando articulações e meios onde se possa falar e ser ouvido. Assim, a gestão democrática da educação “trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, corresponsabilidade e compromisso” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 12).

A Constituição Federal de 1988 traz a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI). A partir de então, o tema se tornou um dos mais discutidos entre os estudiosos da área educacional.

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 1996) em vigor, traz em seus Artigos 14 e 15, os princípios que devem nortear a gestão democrática:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Nesse mesmo contexto a Constituição Federal de 1988 retrata a gestão democrática por meio dos princípios de: “obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares”.

Torna-se relevante também a citação do Plano Nacional de Educação – Lei de nº 10.172 de 2001, o qual apresenta a educação em diferentes níveis, e de forma democrática, levando em conta as singularidades “socioeconômicas, políticas e regionais, bem como às que se referem à qualidade do ensino” e isso em todo o território nacional.

A partir dessas novas concepções de socialização do poder, ocorre a construção coletiva do projeto político pedagógico envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar. A escola desempenha função social, inserindo os indivíduos nas relações sociais e coletiviza o conhecimento produzido. Assim sendo cabe a ela conceber espaços que possibilitem a criação de pessoas críticas, participativas e criativas. Nesse sentido, a democracia na escola ocorre com o incentivo da participação dos conselhos escolares, associação de pais entre outros mecanismos que auxiliem na democratização da escola.

Ao falarmos dos gestores que atuam nesse processo de construção democrática escolar, o mesmo assume um conjunto de responsabilidades e nessa perspectiva partilha com os diferentes segmentos. Muitas vezes se compõe uma equipe gestora que trabalha de forma coletiva com o diretor, buscando meios e formas de melhorar o funcionamento dos estabelecimentos escolares, sendo o Conselho Escolar também um enorme aliado nesse processo, desse modo, é necessário que se tenha claro as atribuições de cada um. A eleição de diretores contribuiu para que mudasse a forma de pensamento do papel do mesmo, deixando de ser um representante do governo e inserindo-o como um líder que pertence a comunidade. É possível, ainda, entender que a participação na escola se daria como forma de divisão não do “poder” do diretor, mas como divisão de responsabilidades entre este, os demais trabalhadores da escola e os usuários do serviço prestado. Nas palavras de Vitor Paro:

É preciso aprofundar as reflexões de modo a que se perceba que, ao se distribuir a autoridade entre os vários setores da escola, o diretor não estará perdendo poder – já que não se pode perder o que não se tem -, mas dividindo responsabilidades. E ao acontecer isso, quem estará ganhando poder é a própria escola. (1997, p.12)

Com a implantação da Gestão democrática na educação infantil busca-se diminuir o abismo que encontramos entre família e escola, pois a partir do momento que uma conhecer melhor a outra, tornando-se suportes para enfrentar problemas que apareçam durante o processo educativo da criança.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhece-se, que a educação infantil muito se fortaleceu nos últimos anos, ganhando não só importância, mas também valorização, considerando a importância desta etapa não só para a vida escolar do indivíduo, mas também, para seu desenvolvimento integral.

A presente pesquisa buscou demonstrar a importância da prática da gestão democrática na escola de educação infantil, na qual, escola e família busquem os mesmos objetivos no que diz respeito a ao processo de desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos. Muitos são os problemas enfrentados pela gestão escolar na educação infantil, porém se faz necessário uma reflexão acerca da prática pedagógica, bem como sobre a realização de um trabalho participativo e cooperativo de verdade.

A gestão escolar trata dos assuntos vivenciados no cotidiano, assuntos relacionados ao contexto escolar que envolvem especificamente problemáticas daquele âmbito. No que se refere a educação infantil, a gestão escolar também deve ser planejada e direcionada para esta etapa de vida, repleta de novas descobertas e aprendizados. Sendo a educação infantil pautada nos princípios de cuidar, educar e amar, é importante que a gestão escolar esteja atenta a estes, para que possa ser garantida a qualidade no processo de ensino aprendizagem.

É necessário que dentro de uma gestão democrática se desenvolva um trabalho de conscientização da importância da participação ativa da família. A infância necessita de uma maior valorização, pois desempenha um papel de extrema importância na vida humana. Por muito tempo houve a ideia de que a fase inicial da vida não era importante, porém grandes transformações e descobertas ocorreram na sociedade atual, construindo o entendimento de infância como uma construção social e cultural que é resultado do modo em que a criança se insere no mundo.

Entende-se assim, que a maneira que a família se envolve na educação dos filhos e a forma que é mediada a construção do conhecimento, interfere diretamente para o sucesso do processo de ensino aprendizagem, assim como auxilia no desenvolvimento de um indivíduo seguro e capaz. Por isso é de extrema importância que ocorra uma ação conjunta entre a escola e os pais, é necessário que a escola perceba a necessidade de uma mudança de postura e coloque realmente em prática os princípios da gestão democrática, com foco principalmente na autonomia, descentralização, participação e busca de resultados (qualidade do ensino).

O ambiente escolar deve ser um espaço de diálogo permanente com a família e comunidade escolar, para que assim se construa uma escola cidadã, desde os primeiros anos

de vida, na educação infantil. A educação, em todas as suas etapas, e especificamente na educação infantil, é responsabilidade de todos, ou seja, da família, da sociedade e do Estado e não somente da escola é imprescindível o engajamento de toda comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira e HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. São Paulo: Artmed, 2008.]

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o município e a escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília – DF, 1998.

CALDANA, R. H. L. **A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano**. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 87-103, 1998.

DEMO, P. **Introdução à Sociologia**: Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FONSECA, Victor. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 4. Ed. Porto Alegre; Artmed, 2004.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática da escola e do sistema**. In: Curso técnico em gestão escolar: Profuncionário. Módulo 2. Brasília: MEC/ CEAD/UnB, 2001.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: alternativa, 2004.

LÓPEZ, I Sarramona. **Educação na família e na escola**: o que é, como se faz. 2.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática**. 2ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. Em Aberto, n° 72, Gestão Escolar e Formação de Gestores, Jun de 2000.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo : EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Zilma Rams de Oliveira. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo, Ática, 2002.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999. 32 RIOS, Demerval Ribeiro. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2000. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.1.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia afetiva**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de Aprendizagem**. 3. ed. A psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.